ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE Nº 058/2021 DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE 2 LAGOA SANTA Reuniram-se na Casa dos Conselhos, situada à Rua Antônio Pinto Coelho, nº 47, Bairro Sobradinho, no Município de Lagoa Santa, Minas Gerais, no dia 22 de Abril de 2021, às 08h45min, em segunda chamada, os representantes do Conselho Municipal do Idoso, com participação virtual, devido à pandemia da doença COVID-19, dos seguintes conselheiros: Representantes da Sociedade Civil: Maria Beatriz Pierazoli Couto (Titular) – Profissionais que atuam na Defesa dos Direitos dos Idosos no Município - Cuidadora; Oliviane Laís Almeida (Titular)- Instituição Lar dos Idosos Sagrado Coração de Jesus - SSVP; Osvaldo Machado -(Suplente) - Instituição Lar dos Idosos Sagrado Coração de Jesus - SSVP; Teresinha Eustáquia Lacerda Santos (Titular) - Instituição Clube Social da Terceira Idade em Lagoa Santa; Representantes do Governo: Anala Lélis Magalhães (Titular); Nilce Guimarães (titular) -Secretaria Municipal de Gestão; Vitória de Matos Oliveira Alves (suplente) - Secretaria 13 Municipal de Bem Estar Social; Convidados: Janice Salomão – representante de a instituição CONVIVER SABER SOCIAL e conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do 15 Adolescente de Lagoa Santa. Elisabete Martins (Longevidade)Margarete Rodrigues (Longevidade);. Ausentes: Marieta Helena Miró de Pinho Tavares (Titular); Lucas de Oliveira Santarosa (titular) – Secretaria Municipal de Saúde. Para deliberarem sobre a seguinte pauta: 1. Aprovação da ata de Reunião Plenária Ordinária nº 57/2021; 2. Eleger coordenador da 19 Comissão de Políticas Públicas e definição de calendário para as demais comissões; 3. Deliberar 20 sobre mudança de horário das reuniões plenárias; 4. Encaminhar para comissão de políticas públicas elaborarem textos a serem divulgados pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura 22 sobre o trabalho do Conselho do Idoso, datas das reuniões e divulgação do canal de denúncia; 23 5. Informar sobre os preparativos da reunião entre todas as instituições inscritas e a comissão 24 de apoio às instituições; 6. Deliberar sobre encaminhamento da Comissão de Apoio e 25 Fiscalização para acompanhamento de denúncia a laboratório médico do município. 7. Esclarecimentos sobre o Fundo Municipal do Idoso. 8. Assuntos gerais: INFORME I - Retorno sobre a participação no I Fórum Nacional da Pessoa Idosa – Envelhecimento e seus Desafios no Brasil; INFORME II -Convite devolutiva da pesquisa realizada pela instituição CONVIVER SABER SOCIAL do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente. Projeto porque 30 monitorar é preciso - para garantir direitos é preciso monitorar. Dias 20/04 às 16 horas e 31 04/05 ás 16 horas, ambos com participação telepresencial – Construção de Fluxos na rede de 32 atendimento de Lagoa Santa. <u>Desenvolvimento</u>: Após cordiais cumprimentos, a vice-33 presidente Maria Beatriz iniciou a plenária em segunda chamada desejando as boas vindas à 34 Sra. Janice Salomão, conselheira do CMDCA/LS convidada para participar da presente plenária para nos dar orientações em relação ao Fundo Municipal do Idoso. ITEM 7: Inicialmente, a Sra. Janice Salomão manifestou de sua satisfação em poder contribuir e informou da intenção de apresentar a inscrição da instituição que representa CONVIVER SABER SOCIAL neste Conselho Municipal do Idoso de Lagoa Santa - CMI/LS. A Sra. Janice Salomão passou a tecer alguns esclarecimentos, tendo por base as dúvidas apresentadas pelos conselheiros a ela: Importante destacar que o conselho já tem o CNPJ – Cadastro Nacional como Pessoa Jurídica e já está registrado com o registro do Fundo Municipal do Idoso pronto. Entretanto, esclareceu que é 42 preciso registrar o CPF - Cadastro de Pesso Física da pessoa que será responsável pelo Fundo 43 junto à Receita Federal. Isso acontece por se tratar de dinheiro público, em geral é o CNPJ do 44 prefeito, do responsável pela Secretaria Municipal de Fazenda ou pelo responsável pela 45 Secretaria Municipal de Bem Estar Social. Isso já é realizado no CMDCA/LS - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa Santa, no qual é conselheira. Criar um fundo implica também na CRIAÇÃO DE UMA RESOLUÇÃO que vai fazer todas as regulamentações o seu uso fundo e essa regulamentação é ato do próprio conselho e não precisa passar pelo Poder Legislativo. Os Conselhos Municipais têm autonomia para deliberar sobre seus projetos. Para elaboração da regulamentação do uso dos recursos do Fundo do Idoso foi sugerido usar como modelo a resolução existente a esse respeito no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. O que precisa constar dessa resolução é a DESCRIÇÃO DE COMO UMA INSTITUIÇÃO PODE PARTICIPAR com seus projetos. A INSTITUIÇÃO PRECISA ESTAR INSCRITA. Todo conselho precisa ter um PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS, pensando sobre as prioridades do conselho do município. Então sempre é necessário que exista um 56 PLANO DE APLICAÇÃO que pode ser anual, ou apresentado cada dois anos. Os projetos chancelados, ou seja, aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso é que vão poder utilizar os recursos. Uma pessoa pode destinar parte do recurso de seu imposto de renda para o Fundo do Idoso. Uma empresa também pode fazer uma destinação de parte de seu importo de renda. 60 E órgãos públicos como, por exemplo, a Câmara Legislativa também pode enviar uma carta

61 informando que está encaminhando recursos. Se o recurso captado for destinado diretamente 62 ao Fundo Municipal do Idoso esse recurso/dinheiro não pode ser passado diretamente para a instituição, é preciso fazer um CHAMAMENTO PUBLICO - edital para escolha de projeto e instituição que poderá utilizar o recurso. Se você representa uma instituição e a sua instituição não captou o recurso, mas esta utilizando recurso, a lei MIROSC - Marco Regulatório das 65 Organizações da Sociedade Civil - exige esse processo de chamamento público junto a Prefeitura. É escolhida uma equipe da Prefeitura para abrir um edital, que é chamado CHAMAMENTO PÚBLICO que pode escolher um ou mais projetos simultaneamente. È preciso que vocês observem que na Resolução que for feita para regulamente o uso dos recursos do Fundo Municipal do Idoso constem também os prazos que as instituições têm para sua utilização, inclusive nos casos da própria instituição captar recurso diretamente em seu nome. No caso do Conselho da Criança do qual faço parte, já aconteceu de chegar uma instituição que pediu para usar o recurso captado para depois de 12 meses e situações como essa precisam estar regulamentadas e previstas. Assim, é importante que se entenda que as instituições precisam ter um projeto previamente aprovado pelo conselho para que possa utilizar o recurso. A aprovação de projeto acontece antes mesmo que o recurso seja captado. Então vem a CAPTAÇÃO. A conselheira Teresinha Santos perguntou se a instituição que representa o 78 Clube Social da Terceira Idade em Lagoa Santa precisa se inscrever em edital para utilizar 79 recursos do fundo. A Sra. Janice Salomão esclareceu que para participar é preciso que seja 80 lançado o edital partindo do próprio Conselho Municipal do Idoso. Ou, no caso da instituição 81 conseguir captar recurso diretamente para ela, em nome da instituição, a instituição deve 82 apresentar o recibo de quem fez a doação destinando recursos diretamente. Esses 83 documentos são encaminhados para a prefeitura e é assinado um TERMO DE PARCERIA para 84 esse uso. Então, para responder à pergunta: como se usa o recurso do fundo, é importante 85 saber que o fundo gerido pelo Conselho do Idoso está vinculado um CPF - Cadastro de Pessoa 86 Física na Receita Federal e que tem designado um CPF de um responsável do Município. Para responder ao questionamento: Qual diferença de lucro real e lucro presumido? A Sra. Janice Salomão esclareceu que no caso de destinação de recursos por uma empresa (CNPJ) é comum que as empresas como temos no município Clamper, VMI, demonstrem diversas despesas e 90 acabam por declarar que não houve lucro real, por exemplo. Mas quando a empresa declara

91 lucro real à empresa pode destinar 1% (um por cento) do imposto para o Fundo da Infância e da Adolescência, 1% para o Fundo do Idoso e 1% para o PRONAS - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência. Destinar recurso para um fundo não exclui a 93 possibilidade de destinar para os outros. Um não concorre com o outro, apesar da empresa só 94 poder destinar 1% para cada Fundo. Se um fundo não concorre com o outro, então a pessoa e 95 a empresa não podem dizer que já destinou, por exemplo, recurso do imposto para o fundo da 96 infância e adolescência e que por isso não poderia destinar para o fundo do idoso: UM FUNDO 97 NÃO CONCORRE COM O OUTRO. O PRAZO DAS EMPRESAS SE ENCERRA no último dia bancário 98 em dezembro. Se fizer doação depois disso só vai cair no outro ano, a empresa não vai querer 99 fazer isso, ela não é boba. Assim é a forma de doação da PESSOA JURÍDICA. NO CASO DA 100 PESSOA FÍSICA os prazos são diferentes. Se eu vou fazer DBF- DECLARAÇÃO DE BENEFICIOS 101 102 FISCAIS. Na hora que eu vou declarar o imposto de renda eu informo a destinação. Então uma observação importante a ser feita é que ninguém DOA para o fundo, mas DESTINA. É RECURSO 103 PÚBLICO QUE SERIA DE IMPOSTO E QUE É DESTINADO. A pessoa física pode destinar até 3%. A 104 pessoa jurídica pode destinar até 6%. Se a pessoa envia declaração de um valor que passar do 105 106 percentual permitido, a própria Receita Federal faz o ajuste, de modo que isso não apresenta dificuldade e essa destinação feita por pessoa física é feita na hora da declaração do imposto 107 de renda. De modo que temos que fazer campanha duas vezes no ano - antes do término do ano para empresas e no prazo de declaração de imposto de renda para pessoa física. Então é importante fazer campanha nos escritórios de contabilidade. O acompanhamento dos recibos é importante para a instituição e em geral para quem quis destinar anonimamente ou não, mas que eu articulei para destinar o recurso, sempre peço que, por favor, me avise quem e quanto destinou ao fundo. PARA QUE A INSTITUIÇÃO POSSA UTILIZAR O RECURSO É PRECISO COMPROVAR QUE FOI A INSTITUIÇÃO QUE CAPTOU AQUELE VALOR. Essa comprovação é feita através da apresentação do recibo. A Sra. Janice Salomão explicou também que o valor destinado não fica disponível imediatamente após o encerramento do prazo de declaração de 117 imposto de renda, ou logo após o mês de dezembro, no caso das empresas. O uso do recurso só pode ser utilizado pela instituição após a Receita Federal fazer a malha fina e o recurso ser disponibilizado, que demora em torno de três a quatro meses. Assim, as instituições se 120 organizam em dois momentos de campanha de captação de recursos: Uma campanha até 31

de dezembro e outra campanha até o período de encerramento da declaração de imposto da pessoa física. A Sra. Janice Salomão mencionou ainda que não tenha certeza se da mesma forma que no Estatuto da Criança e do Adolescente tem no Estatuto do Idoso um percentual a 123 ser destinado para um tipo de programa específico. Por exemplo, no caso do Conselho da Criança e do Adolescente pelo Estatuto, existe expresso que o recurso do fundo pode ser 125 utilizado em até 10% (dez por cento) com destinação para instituições de acolhimento e 126 abrigamento. Este Conselho Municipal do Idoso precisa verificar se existe alguma vinculação do 127 recurso do fundo desse tipo, para as instituições de longa permanência, por exemplo, como o 128 Lar dos Idosos ou o Nossa Vivenda e verificar também se tem como utilizar recursos do fundo 129 da assistência social para esse fim. Em Belo Horizonte foi feito um trabalho de assessoria 130 grande pelo Conselho do Idoso para auxiliar as instituições a se organizarem. Em Belo 131 Horizonte tem sido captado umas médias de 30 milhões por ano, para o Fundo do Idoso, as 132 pessoas e as empresas ficam muito sensibilizadas com o idoso, muitas vezes a atenção está 133 mais focada nos próximos que são idosos do que na criança em situação de vulnerabilidade 134 que nem sempre são visíveis para quem destina. O CEMAIS é instituição inscrita no Conselho 135 136 do Idoso de Lagoa Santa e eles podem contribuir muito ajudando a desenvolver projetos e ajudar a organizar essa parte de documentos, são realmente especialistas no idoso. A Rede 137 Longevidade que é patrocinada pela Fundação Dom Cabral, por exemplo, dá cursos frequentes 138 a idosos que querem ter uma qualidade de vida melhor, com uma vida criativa, saudável, produtiva. Então hoje tem muito curso, muitos canais para idoso e muito dinheiro também. 140 Pela conselheira convidada Elisabete Martins foi perguntado se o artigo 3º do Estatuto do idoso fala da prioridade do idoso e da responsabilidade compartilhada do estado, da família e da sociedade e assegura o atendimento preferencial e imediato pode ser considerado como de obrigatoriedade de destinação de recurso como é o caso das instituições de abrigamento do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Sra. Janice Salomão esclareceu que no caso dessa 146 destinação obrigatória teria expressado o percentual do recurso a ser destinado e a vinculação da destinação. A Vice - Presente do CMI/LS, Sra. Maria Beatriz Couto questionou também sobre os valores no fundo, se eles podem ser perdidos se não forem utilizados. A Sra. Janice 148 Salomão esclareceu que é dinheiro que não pode ser retirado o que é destinado ao Fundo do Idoso por exemplo. De modo que não volta para a união recurso não utilizado. Se o projeto da

instituição não utilizou o recurso que recebeu do fundo, mesmo o recurso tendo sido aprovado, a instituição presta contas sobre ele e o recurso precisa ser devolvido para o fundo. A vice-presidente do conselho, Sra. Maria Beatriz Couto perguntou se o valor que esteve 153 disponível de cerca de 8 mil reais no fundo do idoso, pode ser destinado para uma instituição 154 inscrita? A Sra. Janice Salomão informou que não pode ser utilizado recurso do fundo sem que 155 antes seja aberto chamamento público (edital). A conselheira 1ª secretária, sra. Teresinha 156 Santos perguntou se destinação do recurso do imposto de renda é feita diretamente através 157 de depósito no Fundo. Pela Sra. Janice Salomão foi esclarecido que o dinheiro declarado 158 destinado ao fundo fica retido com a Receita Federal até passar pela malha fina. Todos os 159 recursos juntos chegam ao Fundo sem a discriminação de quem destinou ou quanto destinou 160 tudo é encaminhado junto num pacote só. A conselheira Teresinha Santos disse que acreditava 162 que a destinação era feita diretamente para o fundo e a Sra. Janice Salomão esclareceu que o 163 recurso não vai diretamente para o fundo. Ato seguido foi informado que o último dia de declaração de imposto de renda é 30 de abril, a Receita Federal vai analisar cada declaração, se 164 165 está certa ou errada e costuma levar cerca de três meses após o momento da declaração para 166 concluir a destinação do recurso para o fundo. Pela conselheira vice-presidente Sra. Maria 167 Beatriz Couto foi informado que o prazo esse ano, para declaração de imposto de renda foi prorrogado de 30/04 para 31/05 devido à pandemia sanitária da Covid 19, informação confirmada por contador. A vice-presidente desta CMI/LS sugeriu que ainda é tempo para fazer 170 uma campanha de captação, aproveitando a oportunidade para dar mais visibilidade ao Conselho Municipal do Idoso e sensibilizar as pessoas a doarem tanto para o fundo do idoso 172 quanto da criança e do adolescente. E apresentou questionamento a respeito da necessidade 173 de respaldo da prefeitura. A Sra. Janice Salomão esclareceu que o conselho tem autonomia e pode fazer a campanha independente da Prefeitura e acrescentou que a única hora que o 175 Conselho precisa da Prefeitura é na hora da assinatura do Termo de Parceria, porque é o município o órgão que faz a fiscalização do uso do dinheiro público. A Vice - Presidente do Conselho do Idoso, Sra. Maria Beatriz Couto, após a confirmação de que os conselheiros podem fazer propaganda do Fundo do Idoso e do Conselho manifestou que vai passar a fazer a divulgação em suas redes sociais. A Sra. Janice Salomão informou que fez um passo a passo para captação de recursos que vai encaminhar e autoriza utilizar, trocando fundo da criança e

161

169

174

176

177

178

179

180

do adolescente e tirando as logomarcas. A vice-presidente Sra. Maria Beatriz Couto agradeceu muito os esclarecimentos em nome de todo o conselho. ITEM 2 - Em relação à escolha de coordenadores das Comissões, foi observado pelos conselheiros que: A COMISSÃO DE APOIO E FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES é a única com coordenador eleita, atualmente composta pelos 185 senhores: Antonio Guimarães - membro convidado, Elizabete Martins - membro convidado, 186 Margarete Rodrigues - membro convidado, Oliviane Laís Almeida - conselheira representante de instituição da sociedade civil e coordenadora da comissão. A COMISSÃO DE POLÍTICAS 188 PÚBLICAS, atualmente composta pelos senhores: Lucas Santarosa – conselheiro representante 189 da Secretaria de Saúde, Poliana Cássia - conselheira representante de profissionais que atuam 190 no município e Vitória Alves – conselheira representante da Secretaria Municipal de Bem Estar 191 Social. Pelos presentes foi eleita coordenadora a conselheira Vitória Matos de Oliveira Alves. A COMISSÃO DE NORMAS, ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO, atualmente composta pelos senhores: Osvaldo Machado - conselheiro representante de instituição da sociedade civil; Maria Beatriz Pierazoli Couto – conselheira representante de profissionais da sociedade civil; 194 Marieta Helena Miró - conselheira representante de associações da sociedade civil; Carla Renata Oliveira Carvalho – conselheira representante da Secretaria de Bem Estar Social e Anala Lélis Magalhães - conselheira representante da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos. Pelos presentes foi eleita como coordenadora a vice-presidente do CMI/LS, sra. Maria Beatriz 199 Couto. Em relação ao AGENDAMENTO mensal das reuniões das comissões foi deliberada: 200 Reunião mensal da Mesa Diretora do CMI/LS nas primeiras quintas feiras. Plenária Ordinária 201 nas terceiras quintas-feiras. Comissão de Apoio e Fiscalização de Entidades nas terceiras 202 quintas-feiras, após às plenárias. Comissão de Políticas Públicas nas segundas quinta-feiras. Comissão de Normas, Orçamento e Finaciamento ficou pendente de agendamento devido a necessidade de adequação de agenda de todos os componentes incluindo os ausentes. ITEM 3 205 – Em relação ao horário das reuniões foi pedido pela secretaria executiva que as REUNIÕES PASSEM A ACONTECER A PARTIR DAS 09H30MIN ao invés de 08h30min para que a assistente social referencia técnica e secretária executiva da Casa dos Conselhos, Sra. Jacqueline Borges 207 208 também possa participar e os conselheiros APROVARAM a mudança proposta dos horários das reuniões. ITEM 4 - Pelos conselheiros foi discutida necessidade de preparação de textos para 210 serem divulgados em nome do Conselho Municipal do Idoso junto à Assessoria de

Comunicação, tendo sido combinado que na próxima reunião da Comissão de Políticas Públicas designada para o dia 13/05/2021 às 09h30min seja escrito membros um pequeno texto apresentando o Conselho do Idoso, convidando para participação e informando as datas das 213 reuniões e divulgação do canal de denúncia. ITEM 5 – Pela conselheira convidada sra. 215 Elizabete Martins foi informado sobre os preparativos da reunião entre todas as instituições inscritas e a comissão de apoio às instituições, marcada para o dia 28/04/2021 às 10 horas, 216 217 com intuito de auxiliar no preenchimento dos formulários de manutenção de inscrição e inscrição de instituições e projetos no Conselho do Idoso. Foi sugerido também pela Comissão 219 de Apoio e Fiscalização das Entidades que seja realizada reunião também com as instituições que ainda não se inscreveram no conselho. Proposta a data de 05/05/2021 às 10 horas, 220 momento em que já será de conhecimento do Conselho aqueles que não apresentaram suas 221 inscrições. A sugestão de reunião e data sugeridas foi APROVADA pelos conselheiros. ITEM 6. 222 223 Deliberar sobre encaminhamento da Comissão de Apoio e Fiscalização para acompanhamento 224 de denúncia a laboratório médico do município. A vice-presidente do Conselho Municipal do Idoso, sra. Maria Beatriz Couto manifestou que chegou ao seu conhecimento reclamação de 225 situação em Clínica do Município em que os idosos estariam permanecendo durante logo tempo sem atendimento e sem respeito as normas de prevenção à pandemia sanitária da 227 Covid-19. A Conselheira Anala Magalhães sugeriu visita da Comissão de Apoio e Fiscalização de 228 Entidades para verificar a situação e trazer maiores informações para o CMI/LS Pelos conselheiros a proposta de visita foi APROVADA e agendada para o dia 27/04/2021. Foi 230 solicitado apoio da Secretaria Executiva na elaboração de uma carta de apresentação que a 231 Comissão de Apoio e Fiscalização pudesse apresentar no momento da visita. ITEM 8. Assuntos gerais: INFORME I - Retorno sobre a participação no I Fórum Nacional da Pessoa Idosa -233 Envelhecimento e seus Desafios no Brasil; 235 A Conselheira Vitória Matos falou da participação do I Fórum Nacional do Idoso, foi 236 disponibilizado link pela internet que será repassado para o restante dos conselheiros. 237 Aconteceu online, com quatro palestras por dia. A conselheira destacou a grande quantidade de casos de violência sexual e a questão do SUS, que tem sido fundamental. Ressaltando a 238 239 necessidade de criação de rede de proteção que demanda a ação do conselho do idoso via ministério público, polícia, com rede de denúncias, sendo fundamental que o conselho atue

241	nisso. A população do idoso ta em cerca de 20 a 25% da população e essa população não pod
242	sofre o nível de violência e violação de direitos e é uma realidade que não pode ser esquecida
243	Destacou que foram feitos muitos elogios às ILPI'S e elaboração não apenas do PLANO D
244	RECURSOS como PLANO DE AÇÕES PARA O ANO 2021. Pelos presentes foi solicitado se
245	conselheira pode transmitir as informações do Fórum na próxima reunião plenária, tendo er
246	vista que a reunião dessa plenária já se estendeu muito. INFORME II – Foi apresentado pel
247	representante da secretaria executiva convite para participação na devolutiva da pesquis
248	realizada pela instituição CONVIVER SABER SOCIAL sobre o projeto de monitoramento d
249	violação de direitos de crianças e adolescentes no município, marcada para os dias 20/04
250	04/05 as 16 horas através de participação telepresencial, pois será abordado tema d
251	Construção de Fluxos na rede de atendimento de Lagoa Santa. Nada mais havendo a se
252	discutido, foi encerrada apresente ata, que após lida, segue assinada pelos presentes.
253	Anala Lélis Magalhães
254	Elisabete Martins
255	Margarete Rodrigues
256	Maria Beatriz Pierazoli Couto
257	Nilce Guimarães
258	Oliviane Laís Almeida
259	Osvaldo Machado
260	Vitória de Matos Oliveira Alves